

## **Desenvolvimento Sustentável no Maranhão: a necessidade de integrar inclusão social e proteção ambiental ao atual contexto de crescimento econômico**

O Estado do Maranhão vive, hoje, uma situação de notório crescimento econômico. Estatísticas apontam que, dentro do Brasil, é um dos estados que mais tem crescido nos últimos anos, crescimento este alavancado pela chegada de grandes empreendimentos na região, os quais estão geralmente ligados à indústria pesada, tal como refino de petróleo, termelétricas, exploração de gás e atividade mineradora. O Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão, portanto, tem aumentado vertiginosamente, fato que é amplamente comemorado por diversos setores da sociedade.

Entretanto, o aumento do PIB maranhense não tem significado aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nas regiões onde tais empreendimentos se fixaram, ou seja, não tem incrementado a qualidade de vida da população local, existindo relatos, inclusive, de que para a população mais humilde a situação tornou-se pior. Desta forma, as populações locais têm suportado o ônus ambiental e social que um empreendimento de grande porte traz sem estarem recebendo em troca nenhum tipo de real benefício por isso.

As razões para esse não beneficiamento da população local são muitas. Observa-se, por exemplo, que a baixa qualificação das pessoas da região é um impeditivo para que as mesmas ocupem bons postos de trabalho nos referidos empreendimentos, os quais, assim, são ocupados por profissionais advindos de outros estados e até mesmo de outros países. Ao mesmo tempo, as receitas geradas por tais empreendimentos (dentre as quais se inclui as vultosas taxas pagas ao Estado a título de compensação ambiental) não estão sendo repassadas e/ou aplicadas nos respectivos municípios em reais e estratégicos planos e projetos de desenvolvimento social e proteção ambiental.

O quadro que está se formando, portanto, é um quadro de insustentabilidade social e ambiental, e quem mais sofrerá com isso serão os mais humildes e as gerações futuras, justamente aqueles que, por falta de acesso ou simplesmente por ainda não terem nascido, não possuem voz para fazerem valer os seus interesses.

Uma prova cabal da insustentabilidade social e ambiental de tal quadro é o fato de que, mesmo após anos de vertiginoso crescimento econômico, o IDH do Maranhão continua entre um dos mais baixos do país, fato visível de forma cotidiana na precariedade de serviços públicos essenciais como saúde, moradia, educação e transporte, seja na capital, seja no interior.

A grande questão que se levanta para os gestores públicos e para toda a sociedade do Maranhão, portanto, é como fazer com que o pujante crescimento econômico do estado se traduza em real desenvolvimento e qualidade de vida, tanto para a presente geração quanto para as futuras. Em outras palavras, como promover em todo o Maranhão, e em especial nos municípios que estão suportando o ônus social e ambiental, um desenvolvimento que alie crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental, um desenvolvimento, em suma, sustentável.

*Isabella Pearce C. Monteiro*